

A Biografia de Si no Processo da Narrativa: a experiência da corporeidade como potência inventiva e de microrresistência no discurso jornalístico¹

Milena Reis Santiago LIMA²
Alessandra Oliveira ARAÚJO³
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE

Resumo

O presente estudo discorre sobre como a narrativa atua na produção do sujeito e sobre relação de coengendramento entre corpo e cidade para a constituição das narrativas jornalísticas de caráter subjetivo, performativo e (auto)biográfico, como forma de proporcionar experiência. Para tanto, são utilizadas reflexões acerca do conceito de subjetividade a partir de Guattari (1992), que dialogam com a pesquisa sobre performatividade do discurso (auto)biográfico de Delory-Momberger (2012) juntamente com a compreensão sobre corporeidade a partir de Jacques (2014) e Certeau (1994). É discutida a crise da narrativa a partir de Benjamin (1987) e a espetacularização da informação a partir de Debord (2003). A pesquisa investiga, portanto, como é possível produzir narrativas jornalísticas a partir da experiência do olhar demorado, difuso; da lentidão, da subjetividade e do contato do corpo-sujeito com o espaço urbano.

Palavras-chave: narrativa jornalística; (auto)biografia; corporeidade; subjetividade; performatividade.

Introdução

O ser humano é formado a partir das histórias que narra: todas as narrativas elaboradas por um sujeito perpassam pelo seu mais íntimo afeto e conta, de alguma forma, a sua própria história de vida. Para Jorge Larrosa (2002), o ser humano é um vivente com palavra. Isto é, ele narra para existir no mundo. “(...) o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com palavra, se dá em palavras, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra como palavra”. A narrativa jornalística é, portanto, parte dessa história. Para tal, ela precisa

¹ Artigo proposto para a Divisão Temática IJ01 – Jornalismo da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Recém-graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Fortaleza – Unifor. Membro do grupo de pesquisa de Jornadas Urbanas e Comunicacionais – JUCOM. E-mail: milenarsantiago@gmail.com

³ Orientadora do trabalho e do grupo de pesquisa JUCOM. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora dos Cursos de Publicidade e Propaganda e Jornalismo da Unifor. E-mail: alessandraoliveira@unifor.br

ser resultante da experiência de quem narra a fim de que possa transmitir a mensagem com a maior inteireza possível, propiciando também a experiência de quem atua enquanto receptor.

A cidade, por sua vez, consiste em um artifício que intermedia a relação entre ser humano e natureza. Os espaços urbanos comunicam constantemente as necessidades humanas, suas angústias, suas conquistas, suas relações interpessoais. O ato de olhar para a cidade constitui uma experiência subjetiva que possibilita a construção de memórias, imaginários e afetos muito particulares. Quando esse olhar é acompanhado de uma entrega do corpo em sua totalidade, reunindo todas as sensações possíveis, essa experiência se torna ainda mais complexa, pois o corpo consiste em uma densidade própria da rua (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 57).

Dos processos de corporeidade: corpo-espaço e corpo no espaço

É a partir do corpo que os indivíduos estabelecem vínculos com o mundo à sua volta. O corpo é, portanto, parte do espaço. É impossível desintegrar corpo e cidade, uma vez que ambos compõem a essência da cultura humana. Os percursos traçados pelo corpo no território urbano são permeados pela abertura às possibilidades, ao desconhecido, ao risco, ao outro, e essa experiência de corpo-cartografia por si só já compreende uma narrativa (auto)biográfica.

A cada nova experiência de um ou mais indivíduos, a história do lugar é alterada e expandida, tornando aquele um novo espaço continuamente. Novo, uma vez que resguarda uma série de memórias que são experienciadas de uma forma distinta constantemente; as novas experiências dialogam e potencialmente ressignificam as antigas. Esse fenômeno constitui a capacidade de autoprodução do lugar a partir da coexistência com o ser humano.

Com base no que foi delineado sobre o espaço urbano enquanto corpo e organismo vivo, tem-se a imprecisão do significado social de corpo. O corpo são muitos: é individual a cada sujeito; é coletivo, nas transitoriedades cidadinas; é superfície, que mostra apenas o que aparenta ser, não o que é em verdade e em totalidade; é morada, território de subjetividades que se produzem a partir das experiências; o corpo é sensível ao turbilhão dos espaços urbanos, ao passo que é o próprio turbilhão incorporado em um espaço urbano. O corpo humano por si só já consiste em um processo de experiência.

Delory-Momberger retrata a relação do ser humano com seu próprio corpo quando afirma que ele, o corpo, é o espaço mais íntimo e mais pessoal, terreno de construção das

representações de si e dos outros. O que torna cada corpo humano tão singular são as experiências que o atravessam e nele deixam rastros. “A experiência primeira do espaço é a do corpo” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 71). Portanto, o corpo humano consiste em um espaço inserido em um espaço maior – o das cidades, a partir do que é percebido por cada indivíduo em seu corpo-espaço no espaço-corpo habitados.

O corpo é, assim, o lugar primeiro, o lugar-fundamento do “habitar”. Ressaltá-lo é quase uma banalidade: o corpo como espaço é o objeto de todo um conjunto de condutas e de práticas, os cuidados que lhe são concedidos, as vestimentas e os adornos com que ele é recoberto, as posturas que lhe são dadas, os modos de mostrá-lo ou de não mostrá-lo, que fazem dele um lugar privilegiado do investimento biográfico. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 71)

Entra-se no aspecto do corpo como cultura, como valores de ordem social e cultural. De acordo com cada contexto cultural, os indivíduos desenvolvem maneiras de habitar seus corpos – ao mesmo tempo consciente e inconscientemente – e de posicioná-lo no espaço urbano, a fim de produzir imagens de si e da relação de si com corpos-outros. É o que Delory-Momberger denomina de construção biográfica do corpo: “a percepção construída que eu tenho do meu corpo e de mim-mesmo-no-meu-corpo e do meu corpo tal como ele é percebido pelos outros, ou tal como eu posso descobri-lo por ocasião de um reflexo imprevisto da minha imagem” (DELORY-MOMBERGER, 2012, P. 71).

Inserido no contexto urbano, o corpo produz sentido continuamente, na função de emissor ou de receptor. Portanto, um corpo, a partir de seu discurso performativo, pode estar de acordo com o presente agenciamento coletivo de enunciação ou não estar de acordo. Dessa forma, o modo como um corpo é percebido no espaço urbano a partir de conjunturas socioculturais já altera sua experiência, tal como seus percursos e trajetórias.

A apreensão do espaço não será nunca a mesma para todos os corpos, não só por conta da subjetividade de cada “corpo-sujeito” (Ribeiro, apud Jacques, 2014, p. 300), mas também pela plasticidade identificada em cada corpo – de fato, a experiência vivida em cada contexto também altera as noções de subjetividade de um corpo sobre determinado espaço.

Em Delory-Momberger, a construção biográfica do corpo também se expressa enquanto performatividade biográfica desse corpo-espaço. O investimento biográfico de si por meio do corpo-espaço busca construir, a partir de uma série de ordenamentos produzidos cultural e socialmente, definições de corpo no âmbito das relações físicas, sociais, simbólicas, imaginárias, mantidas entre seu próprio corpo e corpos-outros. “Esse

corpo-espaço é, também e imediatamente, o *corpo no espaço*. O espaço tal como é percebido e experimentado por cada um a partir do lugar próprio ao corpo” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 72).

Como visto, é impossível analisar a performatividade do corpo-sujeito e sua construção biográfica sem considerar suas relações com o espaço em que está inserido. Para Guattari, “a abordagem fenomenológica do espaço e do corpo vivido mostra-nos seu caráter de inseparabilidade”. Isso ocorre porque o espaço urbano é parte integrante da experiência dos corpos-sujeitos.

“(…) o espaço é constitutivo da nossa experiência na medida em que nos oferece recursos, em se encontra aberto à nossa ação e ao nosso pensamento e em que, agimos *sobre* ele e *com* ele pela ação e pelo pensamento. (...) Temos, portanto, uma prática reflexiva e afetiva do espaço que nos conduz a investi-lo biograficamente e a fazer dele um dos componentes de nossa construção social”. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p. 68-69)

A íntima relação de coengendramento entre corpo e cidade, ou processo de experiência corporal na cidade, pode ser investigada a partir da ideia de corporeidade. A corporeidade consiste no movimento em que o ser humano utiliza o corpo como instrumento mediador em sua relação com o mundo. Segundo Breton (2003), “pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua experiência”.

Jacques (2014) trabalha a ideia de corporeidade no espaço urbano a partir do termo *corpografias urbanas*, uma vez que esse processo por vezes resulta nesse “(...) tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, registro de experiências corporais da cidade que ficam inscritas no corpo de quem as experimenta” (JACQUES, 2014, p. 308).

As corpografias, ou corpo-cartografias, são, portanto, uma espécie de registro deixado pela cidade no corpo de seus transeuntes. A presente pesquisa propõe contemplar, com o mesmo termo, as inscrições do corpo na cidade e qualquer outro tipo de narrativa que resulte dessa mútua relação entre corpo e cidade. Portanto:

Partimos da premissa de que corpo e cidade se relacionam, mesmo que involuntariamente, através da simples experiência urbana. A cidade é experimentada pelo corpo como conjunto de condições interativas, e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade a corpografia urbana. As corpografias formulam-se como resultantes da experiência espaço-temporal que o corpo processa relacionando-se com tudo o que faz parte do seu contexto de existência: outros corpos, objetos, ideias, lugares, situações, enfim: a cidade pode ser entendida como um conjunto de condições para essa dinâmica ocorrer. (JACQUES, 2014, p. 309)

Jacques apoia-se na maior possibilidade, segundo ela própria, de que a cidade “sobrevive e resiste à espetacularização no próprio corpo de quem a pratica, nas

corpografias resultantes de sua experimentação”. E é esse ponto de vista que esse trabalho propõe sustentar, uma vez que concorda que os processos de corpografias urbanas, pela sua simples existência, resiste à agência reguladora das vivências propostas pelas cidades-espetáculo – estas que perseguem “insistentemente no corpo, na casa, na cidade, uma mesma estética; uma mesma experiência; uma mesma produção subjetiva que, contraditoriamente, é impessoal” (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 65).

A ação de inserir-se enquanto corpo-sujeito no espaço urbano, caminhar, observar, mudar o trajeto convencional, perder-se pelo caminho, prestar atenção nos diálogos e na polifonia urbana, enfim, apreender a cidade de forma lenta, não-planejada, pelas suas brechas e desvios é, portanto, um movimento criador de microrresistência, pois foge ao agenciamento do urbanismo hegemônico que submete as cidades contemporâneas à condição de espetacularização, prontas para serem apenas consumidas por seus habitantes, que veem de longe e de cima e não se afetam pelo que presenciam.

Certeau (1994) denomina essa ação como antidisciplina: o momento em que esse sujeito, o praticante ordinário da cidade, inventa seu próprio cotidiano, cria formas de apreensão do espaço urbano e novas táticas desviacionistas de resistência. Essas micropráticas urbanas propõem uma entrega tão vulnerável aos estímulos da cidade que Certeau as descreve como um “corpo a corpo amoroso”.

Na conjuntura presente de uma contradição entre o modo coletivo da gestão e o modo individual de uma reapropriação (...) Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade (CERTEAU, 1994, p. 175).

Pele é fronteira – e, segundo Certeau, fronteiras não são limites, são espaço entre dois: é o início de uma potencial narrativa, baseada na plasticidade do corpo-espaço no espaço. Portanto, se cidade é corpo, nas narrativas advindas dos percursos experienciados, ambos são indissociáveis e, por vezes, confundem-se entre si: corpo, como reação ao que foi experienciado, também é cidade. E toda significação produzida pelo processo de incorporação como um todo resulta em uma performatividade.

Subjetividade e performatividade da narrativa

Para Guattari, a produção de subjetividade é constituída por ordenamentos maquínicos que formam os agenciamentos coletivos de enunciação. Esses agenciamentos,

assim como a própria subjetividade, podem ser definidos como “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* autorreferencial, em adjacência ou em relação de uma delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (GUATTARI, 1992, p.19).

Esses ordenamentos que Guattari sugere estão presentes em diversas práticas sociais. A pesquisa observa como eles atuam especificamente no fazer jornalístico. As narrativas jornalísticas tradicionais, que são as mais comuns na mídia, têm como função informar com objetividade, imparcialidade e rapidez: este é seu ordenamento; é o agenciamento coletivo de enunciação que está proposto.

A partir do momento em que um outro padrão de agenciamento é proposto em contramão do padrão já existente, há uma desestabilização de paradigmas. No caso da narrativa jornalística, o paradigma existente é o da a narrativa padrão, da fórmula de se fazer jornalismo a valor de mercado, o paradigma da objetividade.

No momento em que um indivíduo se propõe a questionar esse paradigma, – agenciamento que compreende pontas de desterritorialização, linhas de fuga –, e a partir delas, produz outro – um novo paradigma estético –, um novo agenciamento coletivo de enunciação é criado; abre-se espaço para o surgimento de novos *territórios existenciais*. Essa quebra de paradigmas promove a ressingularização da narrativa jornalística; todo esse processo de estabelecer novos agenciamentos de enunciação geram a subjetividade da narrativa.

O que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem a possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se ressingularizar. (GUATTARI, 1992, p. 17)

Isto posto, usualmente compreende-se o jornalista enquanto um profissional que tem como uma de suas principais funções sociais o serviço de narrar os fatos do cotidiano, organizá-los e entregá-los à sociedade, a bem da verdade disponível para todos os “cidadãos comuns”. Tanto se busca o padrão de “falar apenas a verdade” no jornalismo que foi estabelecido como um dos critérios de noticiabilidade – os quais aprofundaremos no seguinte tópico deste capítulo – a chamada “imparcialidade jornalística”. Ou seja, narrador deve procurar contar o fato de forma imparcial pois, dessa forma, a notícia estaria mais próxima da verdade.

No entanto, essa condição da imparcialidade jornalística ignora o fato de que esse mesmo narrador é um indivíduo provido de subjetividades. A verdade de cada jornalista é

um recorte de verdade. Uma história narrada por sujeitos distintos sempre será uma história distinta, uma vez que ela perpassa por diferentes perspectivas, por diferentes subjetividades e por interesses diversos. Esse modelo pré-estabelecido de fazer jornalístico também busca apagar particularidades linguísticas do indivíduo, tais como o sotaque regional.

Por mais almejada que seja, a imparcialidade continuará inalcançável enquanto o jornalismo for produzido por seres humanos, pensantes, mas também providos de afetos e percepções – características que ultrapassam medidas exatas, precisas. Um fato narrado da forma mais objetiva possível ainda assim será um recorte (auto)biográfico do narrador a partir das palavras e da cronologia utilizadas; a partir da compreensão daquele fato, que percorre o entendimento de mundo individual de quem narra.

De acordo Delory-Momberger, é impossível dissociar completamente os setores da vida pessoal de um indivíduo e sua vida profissional. A trajetória profissional desse indivíduo já está intrínseca aos seus gostos pessoais e ao que o afeta de alguma forma, a partir de suas escolhas e de seu percurso traçado. “O percurso de vida é feito (...) de sua integração numa configuração de conjunto que é, ao mesmo tempo, psíquica (provém de uma construção individual) e social (traz a marca dos ambientes culturais e sociais que ela se inscreve)” (DELORY-MOMBERGER, 2012, p.84).

A separação das esferas da existência (cognitiva, afetiva, profissional, de gênero, de saúde, etc.), à qual remete a noção de trajetória, deve ser evidentemente questionada e esclarecida: se é possível reconhecer setores distintos da existência e momentos específicos que correspondem a esses setores, há, todavia, entre essas seções de vida, relações de interação e de imbricação que impedem que se possa dissociá-las de modo radical. A vida humana, a experiência humana vivida não pode ser decomposta e compartimentada em espaços e temporalidades autônomos e impermeáveis uns aos outros. (DELORY-MOMBERGER, 2012, p.84)

A autora defende que os indivíduos são repletos de afetos e que esses afetos se atravessam independente dos setores de vida. Silva, ao citar Deleuze, afirma que “afeto é o efeito do encontro entre corpos e, como tal, envolve aumento ou diminuição da potência de agir e da potência de afetar e ser afetado dos modos por ele implicados” (SILVA, 2013, p. 21). Portanto, a partir do desejo, da intensidade e da experiência – como a corporeidade –, são gerados novos afetos; que, por sua vez, geram novas potências do agir; do criar. Desse processo originam-se as narrativas.

É a partir do contato com essas narrativas – geradas como produção dos corpos afetados pelo espaço – que corpos-outros podem também passar pelo processo de experiência. Esses corpos-outros, que são para além de receptores, tomam emprestado para si o corpo do jornalista e vivencia a história narrada por ele. Ao ocupar o lugar da

perspectiva de outro sujeito e deixar-se experienciar a partir desse novo olhar, os corpos-outros criam a capacidade de também deixar-se afetar pela narrativa jornalística.

Dessa forma, sendo a narrativa – inclusive a jornalística – originada pelos afetos de ordem (auto)biográfica e subjetiva, ela pode ser caracterizada também como um enunciado performativo. O narrador, ao falar sobre os fatos do cotidiano, sobre a cidade e sobre o que está acontecendo à sua volta, também fala de si mesmo.

A noção de performatividade biográfica ganha aqui todo o seu sentido: é na enunciação de si, na fala de si mesmo e de sua existência que o narrador pode encontrar o meio de “reunir” sua experiência de um espaço social fracionado e em perpétua mudança e dar a essa experiência a continuidade que esse espaço não lhe oferece mais. A fala de si e, de forma mais ampla, o conjunto das operações de subjetivação e de reflexividade envolvidas no processo de biografização fazem agir o mundo e a si mesmo num ato de recaptura e de busca de coerência para uma experiência vivida que é marcada pela fragmentação e pela descontinuidade. (DELORY-MOMBERGER, 2013, p. 90)

A narrativa, com sua característica marcante que é a fala de si, consiste em uma forma de o sujeito fazer acontecer sua história e de ele próprio acontecer como protagonista de sua história, a partir daquilo que compreende sobre si mesmo e sobre sua relação de coelaboração com outros indivíduos e com o mundo.

É o que Delory-Momberger chama de “necessidade de invenção e de apropriação de seus percursos”: a autora pontua essa peculiaridade como algo indissociável à vida humana e necessário para que todos se engajem “num processo de construção de suas pessoas, mobilizar seus meios de subjetivação e de reflexividade, explorar as modalidades de suas relações com os outros e com o espaço social”.

Logo, se o trabalho biográfico é essencial para a constituição do sujeito e de sua comunicação com o mundo, a narrativa jornalística pode ser melhor desenvolvida a partir do viés performativo. Formam-se, portanto, não apenas narradores mais sensíveis na busca pelo acontecimento, como também sujeitos – os corpos-outros – mais aptos a atividades de interpretação, de reflexão e de invenção, resultantes da experiência proporcionada pela narrativa.

Narrativa jornalística e experiência

De acordo com os critérios de noticiabilidade propostos por autores de teorias do jornalismo, como Traquina (2005), um fato só pode ser considerado notícia jornalística se ele for inédito, relevante e interessante para determinado contexto geográfico e social.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor notícia’. (TRAQUINA, 2005, p. 63).

O modelo de narrativa jornalística mais factual e que pretende seguir à risca os critérios de noticiabilidade utilizados na imprensa tradicional é o chamado jornalismo *hard news*. A narrativa do jornalismo *hard news* segue a lógica da rapidez e da pressa com a finalidade de atender o critério da novidade, além de se fazer necessária para adequar o valor-notícia ao valor de mercado; a prática do *hard news* se tornou comum também para adaptar-se às novas mídias e ao *webjornalismo*, que prezam pela instantaneidade.

Isto é, os critérios de noticiabilidade existem para facilitar não somente a produção de uma notícia a partir de um fato, mas também contribui para a distinção entre as notícias que detêm valor de mercado das que não possuem esse valor, uma vez que essas informações são mercantilizadas e ocupam um lugar valioso na indústria midiática.

O livro *Jornalismo Diário* de Ana Estela de Sousa Pinto (2012), responde à pergunta “o que é notícia?” citando, a princípio, dois critérios de noticiabilidade: importância e interesse. “Há algumas muito importantes, mas pouco interessantes, e outras muito interessantes, mas não tão importantes. Uma informação será tanto mais forte – e atrairá mais o leitor – quanto mais dessas duas características tiver” (PINTO, 2012, p. 60). A seguir, o manual lista mais uma série de critérios que podem vir a ser decisivos na publicação de uma notícia: ineditismo, improbabilidade, utilidade, apelo, empatia ou identificação, conflito, proeminência e oportunidade.

Apesar do crescimento contínuo da produção de notícias e reportagens na contemporaneidade, Walter Benjamin (1987) afirma que, em contrapartida, a experiência oriunda da arte de narrar está em vias de extinção. É justamente essa ausência de narrativas que, segundo Benjamin, causa a privação da faculdade de intercambiar experiências.

Se a arte da narrativa hoje é rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio. A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão para tal é que todos os fatos já nos chegam impregnados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece é favorável à narrativa, e quase tudo beneficia a informação. (BENJAMIN, 2012, p. 219)

A crítica de Benjamin está direcionada, além de demais aspectos, aos critérios de noticiabilidade impostos pela indústria da informação, como o critério da novidade, que

mensuram o valor de mercado de uma determinada notícia, e a verdade pré-estabelecida pela imprensa nos “impregnados de explicações”.

A população que recebe essas informações não é estimulada a desenvolver uma opinião própria e, assim, experienciar uma reflexão sobre o que foi dito. Todas as explicações estão contidas já no primeiro parágrafo, obedecendo a lógica da concisão, da objetividade e da rapidez. A partir disso, o autor estabelece o contraste entre informação e narrativa:

A informação só tem valor quando é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos. (BENJAMIN, 2012, p. 220)

Jorge Larrosa retoma o debate iniciado por Benjamin quando declara que, quanto mais informação é difundida em maior volume e de forma mais fácil, mais são anuladas as possibilidades de experiência. “A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência” (LARROSA, 2002, p. 21). Em sua discussão, o autor evidencia a diferença entre informação e experiência.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. (...) Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. (LARROSA, 2002, p.21)

Além do excesso de informação, Larrosa enumera a opinião imoderada; a falta de tempo, a pressa; e o trabalho excessivo como as causas principais do empobrecimento de experiência vivenciado pela população. De fato, essas razões fazem-se presentes com demasiada frequência na atual “sociedade da informação” e, por conseguinte, são uma realidade no ofício de jornalista.

O excesso de opinião pode ser considerado uma consequência quase que direta do excesso de informação sem aprofundamento, sem a própria experiência de quem informa. A crítica não é feita exatamente sobre o fato de as pessoas formularem suas respectivas opiniões, mas ao fato de que o sujeito moderno sente a necessidade de apresentar uma “opinião supostamente pessoal e supostamente própria e, às vezes, supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo de que tem informação” (LARROSA, 2002, p. 22).

Dentro da lógica do mercado da informação, espera-se rapidez, agilidade, produtividade e imparcialidade do jornalista – características geralmente relacionadas a máquinas e inteligências artificiais, pois a subjetividade do narrador e a possibilidade de performatividade e experiência na narrativa são ignoradas, ao passo que o fazer jornalístico transforma-se numa linha de produção limitada aos critérios de noticiabilidade.

A proposição da narrativa jornalística passível de experiência reconhece o jornalismo como uma atividade humana, um direito à comunicação fundamental, uma vez que é feito por seres humanos para seres humanos. E, como tal, suscetível a perspectivas imparciais, subjetivas e vulneráveis a afetos e paixões.

Pois são estas as particularidades do sujeito da experiência, segundo Larrosa: receptivo, disponível e aberto às vivências. Um sujeito “de uma passividade feita de paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial. O sujeito da experiência é um sujeito ‘ex-pos-to’” (LARROSA, 2002, p. 24). O narrador precisa deixar-se afetar a fim de que ele consiga, portanto, afetar sujeitos-outros por meio de sua narrativa.

Espetacularização da notícia jornalística e a crise das grandes narrativas

O empobrecimento de experiência apontado por Benjamin (1987) também possui forte relação com a *atitude blasé* na metrópole moderna de Simmel (1973), uma vez que, bombardeado por tantas informações muitas vezes desagradáveis, o sujeito – moderno e contemporâneo tende a ignorar certos fatos ou busca não ser afetados por eles. Como afirma Jacques (2014) ao citar Simmel, esse sujeito *blasé* seria aquele que, para suportar o choque das metrópoles modernas, protege sua vida subjetiva contra a violência da grande cidade.

Esse “estado de choque” (JACQUES, 2014, p. 57) corresponde à reação dos habitantes à transformação, à emergência da metrópole moderna e à espetacularização dessas cidades. O processo de espetacularização das cidades, que tem seu início em meados do século XIX e começo do século XX, é pensado por Guy Debord (2003), um dos principais autores que fomentam a crítica ao espetáculo na sociedade contemporânea. Segundo o autor, a necessidade do espetáculo está intrínseca à vida humana – ele consiste na sua afirmação como aparência e na principal produção da sociedade atual.

O espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada. (DEBORD, 2003, p. 14)

Debord desenvolve uma crítica às imagens midiáticas – independente de qual seja o espaço midiático – que levam a população à aceitação de valores preestabelecidos pelo capitalismo, ao que ele chama de alienação. Para o autor, o espetáculo constitui-se de uma artimanha da indústria e do sistema capitalista para transformar os espectadores em seres alienados e, portanto, em consumidores. Isto é, o espetáculo seria responsável pelo crescimento da economia capitalista e teria colonizado todos os âmbitos da vida social.

O processo de espetacularização urbana está diretamente relacionado com o capital financeiro e midiático que busca transformar as cidades em produtos de consumo. Uma cidade-espetáculo, como o próprio termo denota, é uma cidade produzida para ser vista, assistida e consumida. Para isso, essas cidades passam por processos de esterilização e de higienização e, por vezes, sua homogeneização.

Segundo Jacques, “o processo de esterilização não destrói completamente a experiência, ele busca a sua captura, domesticação, anestesiamento”. No entanto, em meio a esses ordenamentos, sempre existe a potência inventiva gerada a partir da desestabilização das agências que se desestruturam e se metamorfoseiam: são as linhas de fuga, as práticas desviatórias de microrresistência.

Percebe-se que muitos aspectos causados pela espetacularização das metrópoles assemelham-se às consequências da espetacularização da informação na narrativa jornalística: a desconsideração da subjetividade derivada de duas áreas do saber tão profundamente humanas como o urbanismo e a comunicação, a consequente padronização desses saberes, a segregação social que seus discursos promovem e seus interesses no capital financeiro, proporcionado pela lógica de mercado.

Inclusive, a espetacularização das cidades e da informação estão intimamente interligadas no processo de produção uma da outra: enquanto o discurso jornalístico colabora para a concepção social e midiática das cidades-espetáculo, as cidades cada vez mais homogeneizadas dificulta a ação da experiência pelos sujeitos urbanos; que, por sua vez, muito raramente produzem narrativas baseadas em seus afetos urbanos e/ou proporcionam experiência para demais sujeitos.

Essa diversidade de estímulos e informações que submergem os sujeitos urbanos em seus cotidianos, pensada por Simmel (1973) e Debord (2003), compõe o excesso de visibilidade encontrados nos processos de midiática e nas metrópoles – que, pela quantidade exacerbada de luminosidade, pode causar uma cegueira coletiva.

Para Jacques (2008), “a cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade, o que passamos a chamar de corpografia urbana”. Esse tipo de cartografia, ou corpo-cartografia, desenvolvida pela relação entre corpo e cidade produz o que a autora denomina de “desvios, linhas de fuga, micropolítica ou ações moleculares de resistência ao processo molar de espetacularização das cidades contemporâneas”.

A cidade não só deixa de ser cenário mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna “outro” corpo. Dessa relação entre o corpo do cidadão e esse “outro corpo urbano” pode surgir uma outra forma de apreensão urbana e, conseqüentemente, de reflexão e de intervenção na cidade contemporânea. (JACQUES, 2008).

O processo de apreensão do corpo-espaço pelo corpo-sujeito pode resultar na potência criadora das micropolíticas de resistência. Os *praticantes da cidade* de Certeau apropriam-se das fissuras entre o visível e o invisível dos espaços urbanos, da cidade-espetáculo planejada e disciplinada pelo capitalismo. Esse ato de ocupar os “espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, aos espaços de exatidão” (SANTOS, 2008, p. 326) é denominado por Jacques de errâncias urbanas.

O verbo “errar”, por meio dos processos de corporeidade, traz a ideia de antidisiplina proposta por Certeau (1994). Baseia-se na ação de “ampliar o campo da percepção, de modo a perceber nos invisíveis, outros saberes – fugitivos do hegemônico que nos aprisiona” (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 60). O sensível e o afeto na relação entre corpo e cidade, portanto, apresentam-se como resistência mesmo sob as condições mais adversas. Segundo Jacques (2014), a experiência resiste justamente por essas brechas e desvios e sobrevive quanto compartilhada em forma de narrativas urbanas.

Considerações

As próprias narrativas jornalísticas tradicionais deixam brechas, pela dificuldade que há no ato de narrar, na tentativa de dissociar a experiência e os afetos do narrador de uma perspectiva imparcial – que não existe. Esse desvio de ordenamentos possibilita a criação de alternativas comunicacionais e de visibilidade dos detalhes “invisíveis” e do afetar-se pelo espaço urbano. Trata-se, portanto, de uma dimensão narrativa do relato jornalístico enquanto pertencente de autonomia interpretativa e, mesmo, inventiva.

O narrador-jornalista é parte fundamental dessa rede produtora de discursos. Para além da função de descortinar fatos, histórias e personagens a partir da riqueza dos

pequenos detalhes citadinos e a responsabilidade de tornar noticiável e, principalmente, passível de experiências, aquilo que é invisível aos olhos da sociedade; o jornalista também é um potencial criador de novos enunciados.

Portanto, o profissional do jornalismo que destina seu tempo aos olhares, vozes, muros e paisagens da cidade opera resistência nas micropráticas, desde a ação de lançar seu corpo para a íntima relação com as ruas até a transgressão das normas jornalísticas convencionais.

O ato de caminhar é uma forma de apreender significados, pois provoca o desejo de capturar os sentidos urbanos e torna o caminhante atento para a dimensão afetiva das espacialidades cotidianas (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 74). Adequar essa experiência a uma narrativa que tem a intenção de informar, fugindo, no entanto, dos moldes impessoais do jornalismo comercial consiste em uma ação inventiva de resistência, pois, segundo Deleuze e Parnet (2004), criar é resistir efetivamente.

A subjetividade no discurso jornalístico atua como quebra de paradigmas porque, uma vez que o leitor (o corpo-outro) é envolvido no relato da experiência do narrador (o corpo-sujeito), ele cria sua própria experiência. A experiência oriunda da narrativa tem a faculdade de questionar, sensibilizar, confortar, provocar angústia, inquietação, estranhamento, mal-estar, entre outras sensações. Essas reações, portanto, desestruturam o ordenamento da perspectiva de mundo daquele corpo-outro, o que causa um processo de desconstrução e reconstrução de paradigmas que possui uma potência poderosa potência criativa, colocando esse sujeito numa condição de inventor, criador.

Pensar e pôr em prática ações micropolíticas no âmbito da comunicação, em especial no jornalismo, é de grande relevância para que possamos nos reinventar, nos deslocar dos nossos lugares comuns, ponderar acerca de nossas ações enquanto corpo coletivo e social, partilhar afetos e traçar percursos construindo territórios sensíveis.

As micropolíticas de resistência atuam na perspectiva de desnaturalizar as práticas já incorporadas pela sociedade e podem ocorrer no cotidiano, a partir de ações como as que foram sugeridas na presente pesquisa. A intenção é gerar um deslocamento da ordem do que está proposto e lançar meios alternativos de se fazer comunicação.

O fazer jornalístico, ao ser deslocado de seu próprio paradigma, é capaz de atuar enquanto uma micropolítica de resistência e de construir novos caminhos a partir de narrativas subjetivas e (auto)biográficas que conduzem novos corpos-outros a experiências

de ruptura e os envolvem numa constante produção de novos sentidos sobre si e, conseqüentemente, sobre seus próprios percursos urbanos.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Obras escolhidas volume 1.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRETON, David Le. **Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade.** 4. ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2003.

BRETON, David Le. **A sociologia do corpo.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução: Ephraim Ferreira Alves.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A condição biográfica: Ensaio sobre a narrativa de si.** Natal: EDUFRN, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DUARTE, Eduardo. Desejo de cidade: múltiplos desejos, das múltiplas cidades, de uma mesma cidade. In: PRYTHON, Angela (Org.). **Imagens da cidade: Espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: 34, 1992. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leao.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. **Cidade-corpo. Rev. UFMG,** Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.54-77, jan./jun. 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo Diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios.** São Paulo: Publifolha, 2012.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Cíntia Vieira da. **Corpo e pensamento: alianças conceituais entre Deleuze e Espinosa.** Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental.** In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.